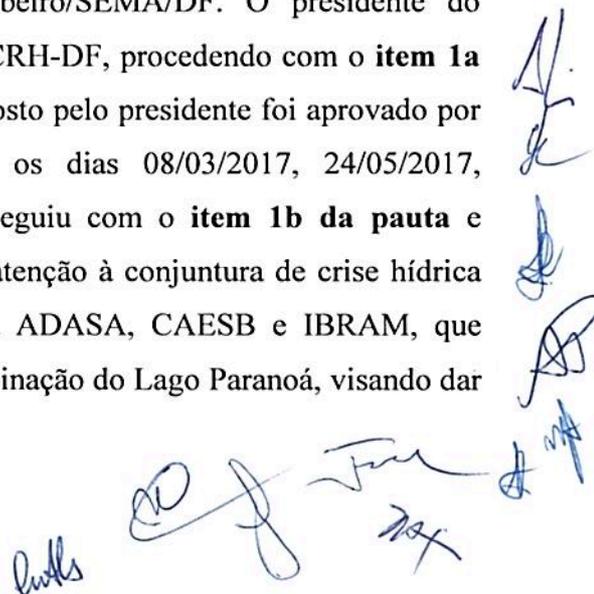


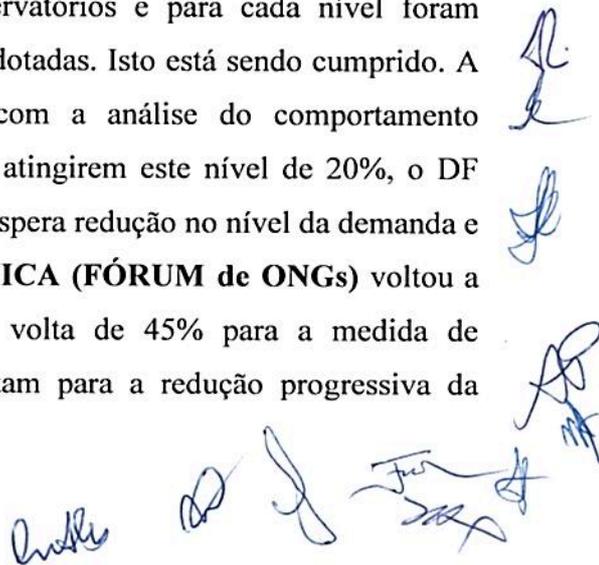
1 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

2 ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

3 Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, na ESCOLA DE
4 GOVERNO DO DF – SGO Q. 01, AE 01, Brasília, DF, Brasil ocorreu a 25ª reunião
5 extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF e 5ª reunião
6 conjunta CONAM/CRH-DF, sob a seguinte pauta: 1a) Aprovação do calendário anual/2017 de
7 reuniões ordinárias. 1b) Crise Hídrica. 1c) Qualidade da Água do Lago Paranoá. 2 – Informes.
8 Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda
9 convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito
10 Federal, o presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (SEMA), que
11 presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): RICARDO NOVAES RODRIGUES DA
12 SILVA (SINESP), MAC LEONARDO DA SILVA SOUTO (SEAGRI), JOSÉ VOLTAIRE
13 PEIXOTO (SEAGRI), ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH), (JANE MARIA
14 VILAS BÔAS (IBRAM), LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM), RAQUEL DE
15 CARVALHO BROSTEL (CAESB), ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA), MANOEL
16 ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA/DF), JORGE ENOCH FURQUIM
17 WERNECK LIMA (EMBRAPA), LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FÓRUM de
18 ONGs), MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS (FÓRUM de ONGs), SÉRGIO KOIDE
19 (UNB), GUTEMBERG UCHÔA DE ARAÚJO JÚNIOR (FECOMERCIO), ANA PAULA D.
20 MACHADO DE CASTRO PESSOA (FRIBA), TEREZINHA LIMA (ÚNICA), CONCEIÇÃO
21 DE MARIA A. ALVES (ABRH), MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO
22 (ABES/DF), JOÃO MARCOS PAES DE ALMEIDA (ABES/DF), DALMA MARIA
23 CAIXETA (ABES/DF), DELSON DA COSTA MATOS (CBH/MA) e WILIAN
24 MARCELINO COELHO (CBH/MA). Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência.
25 Participaram como convidados: Erica Yoshida de Freitas/ADASA, Camila Aida
26 Campos/ADASA e Sérgio Augusto de Mendonça Ribeiro/SEMA/DF. O presidente do
27 Conselho deu por aberta a 25ª reunião extraordinária do CRH-DF, procedendo com o **item 1a**
28 **da pauta**. O calendário anual de reuniões ordinárias proposto pelo presidente foi aprovado por
29 unanimidade com reuniões ordinárias previstas para os dias 08/03/2017, 24/05/2017,
30 09/08/2017 e 22/11/2017. O presidente ANDRÉ prosseguiu com o **item 1b da pauta** e
31 lembrou que a reunião extraordinária foi convocada em atenção à conjuntura de crise hídrica
32 que o DF vivencia. O conselho recebeu as equipes da ADASA, CAESB e IBRAM, que
33 apresentaram dados sobre a crise hídrica no DF e a contaminação do Lago Paranoá, visando dar



68 uma força tarefa e levantou os principais usuários, ligou para muitos deles para avisar sobre a
69 Resolução. Informou que a meta é avaliar o impacto desse TAC e da Resolução. Outras
70 medidas foram adotadas, a exemplo da revisão da Resolução nº 350, da outorga, que está sendo
71 processada junto aos CBHs, o CRH e em audiências públicas. Também está sendo trabalhada a
72 Recarga de Aquíferos. A Resolução sobre Recarga Artificial já está com a diretoria, essa será
73 feita junto à Superintendência do Monitoramento e em breve será aberta para consulta e
74 audiência pública. Informou que a ADASA contratou consultoria que está fazendo um estudo
75 sobre disponibilidade de água subterrânea por região administrativa do DF e no futuro pretende
76 lançar resoluções que ajudem a Outorga. Informou que em breve a Resolução nº 16 será
77 revogada. O conselheiro **MONTENEGRO (ABES/DF)** informou que participou, pela ABES,
78 do debate na audiência pública sobre a revisão da Resolução que trata de outorga e também
79 participou do tema na apresentação da ADASA. Disse que lhe chamou à atenção a questão dos
80 caminhões pipa, sobretudo, a dificuldade em verificar se de fato estão atendendo à
81 regulamentação. Salientou que é possível fazer isso com um custo muito barato. Lembrou que a
82 NOVACAP possui sistema de monitoramento eletrônico dos caminhões, por meio de chips,
83 que funciona a contento, com baixo custo e que ajudou a reduzir os gastos com pagamento por
84 quilometragem. Recomendou que a ADASA adotasse este tipo de controle dos caminhões pipa
85 para coleta de água e para os limpa fossa, por meio de chips, para facilitar o monitoramento.
86 Isto também pode ser adotado para as caçambas que atuam na coleta de resíduo da construção
87 civil, visto que a ação destes atores possuem impactos direto na questão hídrica. A conselheira
88 **MÔNICA VERÍSSIMO (FÓRUM de ONGs)** questionou o processo de modelagem usado
89 para estabelecer os níveis dos reservatórios constantes da Resolução nº 013/2016, visto que a
90 ADASA espera o reservatório chegar a 20% do volume para tomar medidas de racionamento.
91 Salientou que este momento é crítico para agir. Sugeriu estabelecer os 50% ao invés de 20%. O
92 presidente do Conselho esclareceu que o assunto dos dados e dos números da situação do Lago,
93 está na próxima pauta. A **CAMILA (ADASA)** esclareceu que foi estabelecido pela Resolução
94 nº 013/2016, os níveis de 60%, 40% e 20% nos reservatórios e para cada nível foram
95 recomendadas pela referida Resolução medidas a serem adotadas. Isto está sendo cumprido. A
96 representante da ADASA explicou que, em acordo com a análise do comportamento
97 hidrológico do DF, o momento em que os reservatórios atingirem este nível de 20%, o DF
98 estará próximo ao período de chuvas e nesse momento se espera redução no nível da demanda e
99 elevação dos níveis do reservatório. A conselheira **MÔNICA (FÓRUM de ONGs)** voltou a
100 insistir que deve ser trabalhado um nível maior, por volta de 45% para a medida de
101 racionamento, visto que as modelagens do INPE apontam para a redução progressiva da

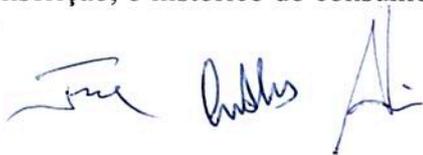


102 quantidade de chuvas e, ainda, pelo fato desses reservatórios não terem volume morto. O
103 presidente solicitou que prosseguisse com as apresentações e o debate fosse feito ao final, o que
104 foi atendido. Esclareceu que o debate sobre os níveis definidos na Resolução nº 013/2016
105 passou pela análise deste Conselho e pelas audiências públicas. A técnica **CAMILA (ADASA)**
106 lembrou que as resoluções não são estáticas e os trabalhos do Grupo de Acompanhamento
107 poderão aprimorá-las. O presidente **ANDRÉ** chamou a atenção para o fato de que a Resolução
108 não estabeleceu aonde quer chegar. É preciso conversar sobre o que é possível e necessário ser
109 feito durante o período das chuvas para que a situação hídrica no ano que vem não seja mais
110 grave do que a que estamos vivenciando neste momento. O conselheiro **SÉRGIO KOIDE**
111 **(UnB)** lembrou que, sobre a questão da Resolução nº 019/2016 é importante controlar as águas
112 subterrâneas que é um problema real que temos que enfrentar no DF. Temos uma situação
113 permanente de crise hídrica, assim, é preciso controlar todas as outorgas, principalmente as
114 outorgas de água do setor agrícola, onde o maior problema é quando parar de chover e os
115 produtores começarem a tirar água em grandes quantidades. Quando isto acontecer é preciso
116 termos mecanismos de controle mais rígidos que abarque todas as outorgas, os desvios de
117 canais etc. O conselheiro **ROGÉRIO (PM/DF)** informou que a Polícia Militar colocou-se à
118 disposição para auxiliar na fiscalização ambiental do DF, visto que possui quinhentos policiais
119 militares em condição de colaborar ativamente nessa questão em parceria com os órgãos de
120 fiscalização. O presidente **ANDRÉ** informou que tomou ciência sobre possível Convênio para
121 cooperação da ação de fiscalização, entre ADASA e Polícia Militar do DF, para fortalecer a
122 fiscalização ambiental. Assim sendo, este Conselho deve manifestar apoio à concretização
123 deste Convênio, visto que será muito favorável ao DF a sua efetivação. O conselheiro
124 **DÉLCIO (CBH Preto)** lembrou que foram testados vários mecanismos de controle, mas a
125 grande preocupação é se está sendo cumprido tudo aquilo que está nas normas, especialmente,
126 sobre a preservação e defesa das nascentes. É preciso intensificar a fiscalização e controle na
127 região da Fercal. O conselheiro **JORGE ENOCH (EMBRAPA)** parabenizou a ADASA, pela
128 iniciativa, juntamente com a EMATER e SEAGRI, de realização de infraestrutura nos canais
129 de irrigação na zona rural na região do Pípiripau. Esta iniciativa proporcionará uma economia
130 de 50% da água que é levada para as zonas agrícolas. O conselheiro **JORGE ENOCH**
131 **(EMBRAPA)** ressaltou que a fiscalização não vai dispor de pessoas suficiente para fiscalizar
132 tudo, contudo, é preciso medidas inteligentes para poder fazer uma gestão adequada do que for
133 mais significativo e o resto vai ser ação muito pontual. O presidente **ANDRÉ** lembrou que a
134 fiscalização não é suficiente, mas precisa acontecer e ter um efeito dissuasório e didático, para
135 isto é preciso uma estratégia. A conselheira **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** apresentou

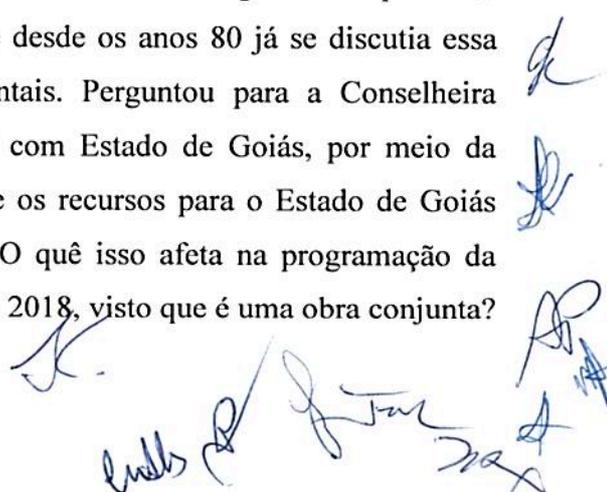
136 informações sobre as precipitações na Região do Rio Descoberto e Santa Maria, bem como, os
137 percentuais dos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria, nos últimos anos. A conselheira
138 lembrou que as resoluções foram a melhor forma de comunicar a sociedade dessa situação da
139 escassez hídrica e que as propagandas na mídia tem resposta muito pequena e lenta. Lembrou
140 que a CAESB sabe que há um risco de prejuízo muito grande por danos na rede como
141 resultante desse processo de racionamento e um risco de comprometer a qualidade da água,
142 uma vez que ocorre o esvaziamento da rede e isso pode provocar rompimentos e infiltrações. O
143 mais recomendado é a redução de pressão, isto vai inibir os consumos não prioritários e reduzir
144 a pressão, o consumo, as perdas por vazamentos no período noturno etc. Informou que o
145 Bananal que já está em obra, vai ofertar 600 litros por segundo e o Corumbá que também está
146 em obras mais 1.400. O Paranoá está com esses recursos contingenciados e estão ocorrendo
147 negociações com o Governo Federal para o descontingenciamento dos recursos. O maior
148 problema dos sistemas isolados são os usos à montante. Todos os recursos da tarifa de
149 contingência só podem ser usados para fins de melhorias do sistema e serão autorizados para
150 uma conta específica. O conselheiro **GUTEMBERG (FECOMÉRCIO)** ressaltou que percebe
151 no debate a prevalência da ideia de penalização do consumidor, a exemplo do uso da
152 fiscalização, do racionamento, da tarifação extra etc. No entanto, não há uma reflexão acerca de
153 melhorias da tecnologia. Questionou se o que está sendo discutido neste conselho é o problema
154 do racionamento de água ou o problema de avaliar a densidade pluviométrica média do ano que
155 vem? Lembrou que os países do Oriente Médio convivem com a escassez de água gigantesca e
156 investem muito em tecnologia. Aqui no DF é comum os vazamentos em todo lugar na cidade,
157 desperdício de água e, no entanto, não há válvula de alerta para conter os vazamentos que por
158 ventura sejam identificados. É Preciso fazer essa reflexão neste conselho. A conselheira
159 **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** lembrou que a parceria da CAESB com a SEAGRI é
160 importante para melhorar o uso das águas para irrigação. Já foram transferidos 3.000 metros de
161 tubo e queremos intensificar essa parceria com doação de mudas e previsão de plantio para
162 2017, no âmbito do programa Aliança para o Cerrado. Temos ações na mídia para sensibilizar
163 os usuários. Em agosto e setembro foram retirados, em média, 5.100 litros/s. Hoje atingimos
164 4.300 l/s. A **CAMILA (ADASA)** ressaltou que em 2016 os únicos meses que se tinha
165 registrado chuvas acima da média foram janeiro e novembro. O Descoberto começou a
166 retomada dos níveis saindo dos 20% e está em 23%, a tendência agora é que ele continue
167 subindo e espera-se que a subida seja mais rápida que a de dezembro para janeiro. O Santa
168 Maria é mais preocupante porque está estagnado, apesar das chuvas mais intensas no Paranoá
169 que na região do Descoberto. Informou que o Santa Maria está estável porque não está sendo



170 usada as águas do Torto devido à alta turbidez. Então o Santa Maria está estável e se não subir
171 logo a situação ficará preocupante, visto que em 2016 não verteu e 2017 não vai verter. O
172 conselheiro **MOURÃO (FÓRUM de ONGs)** informou que o Fórum fez uma carta que
173 contemplava algumas medidas que precisavam ser discutidas no Conselho, a exemplo: 1 -
174 Estabelecer um prazo para que a CAESB informe ao CONAN e ao CRH como estão as APMs
175 que foram desativadas e ou abandonadas e se há condições de reativação. Salientou que as
176 APMs no DF foram esquecidas e são patrimônios inestimáveis e estão previstas na Lei
177 Orgânica. Elas foram pouco a pouco tomadas por ocupações irregulares. Caso haja alguma
178 APM que possa ser reativada, quais são as medidas que devem ser tomadas de curto e médio
179 prazo para sua recuperação e quais os custos para incluímos nos orçamentos atuais e futuros.
180 Lembrou que existem impeditivos em função da ocupação territorial regular e irregular dentro
181 das APMs, mas é preciso saber o que deve ser alterado no PDOT para reativar as APMs. 2 -
182 Outra medida indicada é de estabelecer condições de financiamento para que todos os prédios e
183 condomínios adotem hidrômetros individuais, isso é fundamental. Em curto prazo sugeriu
184 trazer para a sociedade dados consistentes e transparentes quanto à quantificação do uso por
185 setores: comercial, residencial, industrial, de forma individual e individual e por região
186 administrativa, que permitam implantação de medidas de economia de água por setor. O
187 conselheiro **MONTENEGRO (ABES/DF)** lembrou que o Sistema Bananal já era pauta de
188 investimento da CAESB em 1998. O sistema Corumbá IV não era pauta de investimento da
189 CAESB e hoje a CAESB faz investimentos lá. No Lago Paranoá, a outorga é de 2012. Neste
190 momento este Conselho está discutindo o Plano de Saneamento Básico do DF. Discutimos o
191 que deve ser, de fato, o nosso futuro. Informou que a CAESB aumentou significativamente as
192 perdas nos últimos anos, inclusive, porque tinha erro no cálculo e foram corrigidos e a água
193 está com o valor mais justo. Então precisamos investir bastante em controle de perdas e a
194 CAESB tem condição de apresentar um plano com prazos, custos e fontes, dizendo o que não
195 tem fonte de financiamento e estabelecendo metas de onde quer chegar, para que a sociedade
196 tenha condições de discutir. Ressaltou que este Conselho deve solicitar esta demanda da
197 CAESB. Lembrou que a tarifa de contingência é uma previsão legal da lei de saneamento que
198 diz o seguinte: “em situação crítica de escassez de recursos hídricos que obriga adoção de
199 racionamento, declarado pelas autoridades gestoras de recursos hídricos, o ente regulador
200 poderá adotar mecanismos tarifários de contingência com o objetivo de cobrir custos adicionais
201 decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação de serviço e a gestão da demanda”.
202 Então está previsto na lei. Salientou que no site da CAESB é possível ver, com o número de
203 inscrição, o histórico do consumo, mas não tem uma referência do que seria um consumo ideal,



204 que poderia ser usado como meta por cada consumidor. O conselheiro sugeriu que fosse feita
205 uma Moção para que a CAESB apresente um plano detalhado de desdobramento do
206 enfretamento da crise. Sugeriu ainda, que este Conselho se manifeste, junto ao judiciário, no
207 âmbito da ação que está noticiada no jornal do dia, dizendo que é correto haver uma tarifa de
208 contingência e que isso deve continuar, porque seria desastroso coibir o uso desse mecanismo
209 em um momento importante como este, inclusive, porque isto está previsto legalmente. O
210 **presidente ANDRÉ** solicitou que o conselheiro **MONTENEGRO (ABES/DF)** minutasse essa
211 Moção ao judiciário e que este conselho a aprecie ainda nesta reunião. Ele manifestou que,
212 quanto ao plano de enfrentamento da crise, a ADASA, enquanto agência reguladora deve
213 determinar que a CAESB o faça, visto que a ADASA dá a outorga. O conselheiro **SÉRGIO**
214 **KOIDE (UnB)** lembrou que, provavelmente, os reservatórios não irão verter este ano, por isso,
215 é necessário estabelecer metas e definir as ações para os meses de janeiro, fevereiro e março em
216 função dos níveis que estão chegando. Lembrou a este Conselho que é preciso atentar para a
217 questão da CEB no Paranoá. Salientou que não se recorda se a outorga de geração de energia é
218 dada pela ANEEL. Disse tratar-se de usina completamente obsoleta que hoje faz mais mal do
219 que bem. Ela é pouco eficiente na geração de energia visto que precisa jogar água para cima
220 para poder aproveitar essa água. Em termos de qualidade da água, que é o nosso próximo
221 tópico, a CEB também não faz um bom serviço. Esse esvaziamento que eventualmente ocorre,
222 da forma como a CEB faz, turbinando, não é a melhor forma de fazer. Na verdade, se não
223 estivesse gerando essa energia podia-se estar gerenciando melhor essas águas, inclusive na hora
224 de liberar, vertendo a água com efeito mais positivo. Por último, o Conselheiro questionou a
225 CAESB sobre o que é melhor: o racionamento ou a diminuição da pressão? O Conselheiro
226 afirmou que viu no noticiário da TV que a redução de pressão seria mais ou menos fixa para
227 cada zona de pressão. Perguntou se a CAESB está trabalhando com valores só como
228 referência? A conselheira **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** esclareceu que o ponto
229 questionado pelo professor KOIDE é o mais crítico para a CAESB. Ela está fazendo tentativas
230 e vai ajustando a rede. O conselheiro **JOÃO MARCOS (ABES/DF)** disse concordar com o
231 professor KOIDE sobre a geração de energia no Lago e afirmou ser um grande desperdício.
232 Sobre a questão do Bananal o conselheiro ressaltou que desde os anos 80 já se discutia essa
233 opção e sempre havia entraves burocráticos e ambientais. Perguntou para a Conselheira
234 **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** se a parceria do DF com Estado de Goiás, por meio da
235 CAESB e a SANEAGO vai ficar prejudicada, visto que os recursos para o Estado de Goiás
236 foram cortados em virtude de irregularidades na obra. O quê isso afeta na programação da
237 CAESB para a chegada de água para o ETA Corumbá em 2018, visto que é uma obra conjunta?



238 O conselheiro **FREDERICO (ADEMI)** ressaltou que fazer hidrometração individual para
239 prédios antigos é difícil e que não existe regulamentação de uso de águas cinza, de águas
240 negras, de reuso de águas pluviais nessas edificações. Eventualmente os empreendedores
241 gostariam de aplicar esses sistemas, não podem ou não fazem justamente por falta de regulação.
242 Sugeriu que a ADASA e a CAESB regulamentem esses sistemas de reuso de águas pluviais,
243 reuso de águas cinza, reuso de águas negras em edificações antigas e novas para que possam
244 ser utilizados. O **presidente ANDRÉ** pediu à UNICOL para disponibilizar a palestra e a carta
245 do Fórum aos conselheiros. O conselheiro **MOURÃO (FÓRUM de ONGs)** ressaltou que já se
246 manifestou, inclusive na audiência pública, acerca da tarifa de contingência. Não é a primeira
247 vez que se discute a destinação da tarifa de contingência prevista em Lei Federal. A Resolução
248 da ADASA traz: “quando chegar há um determinado nível poderá ser adotada a tarifa de
249 contingência de acordo com o Artigo 46 da Lei Federal 11.445”. Esta lei é clara quanto ao uso
250 do recurso em ser Artigo 46, conforme já colocado pelo Conselheiro da ABES/DF. Sendo
251 assim, não é justo atribuir uma tarifa de contingência de um serviço que não é prestado, na
252 verdade isso se destina a extensão da rede. A CAESB não adotou o racionamento porque várias
253 medidas têm que ser tomadas e são caras para ser implementadas. A tarifa de contingência é
254 para custos adicionais e não para outras destinações. Então a discussão da tarifa de
255 contingência tem um caráter pedagógico, mas que não está na lei. Poderia tarifar no sentido de
256 trazer uma proposta pedagógica de ensino para incentivar a redução de consumo, mas não é
257 essa destinação que está na lei no Artigo 46. A seguir o conselheiro **MONTENEGRO**
258 **(ABES/DF)** ressaltou que, de fato tudo reside na interpretação do Artigo 46 da Lei
259 11.445. Quando se diz “com o objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantido o
260 equilíbrio financeiro da prestação do serviço”, isto é um dos objetivos quando se tem redução
261 de consumo. A redução do consumo provoca quebra no faturamento de uma empresa que tem
262 custo fixo e necessidades de investimentos. No momento que há a necessidade de fazer
263 campanha para reduzir o consumo você está trabalhando para reduzir o faturamento em um
264 momento que o sistema continua exigindo investimentos. Isto não é normal do ponto de vista
265 econômico de mercado, ao contrário. Por isso essa questão de mencionar claramente, que um
266 dos objetivos é garantir o equilíbrio financeiro da prestação e a gestão da demanda, que se dá
267 inclusive pela conscientização do consumidor e também pelo hidrômetro mais preciso, por
268 redução de perdas etc. O Conselheiro lembrou que na apresentação da CAESB foram
269 mostradas várias medidas de gestão da demanda e algumas também de ampliação ou
270 substituição da oferta. A CAESB também afirmou que vai aproveitar as APMs que estão
271 abandonadas, a exemplo do Gama. A conselheira **RAQUEL BROSTEL (CAESB)** esclareceu

R

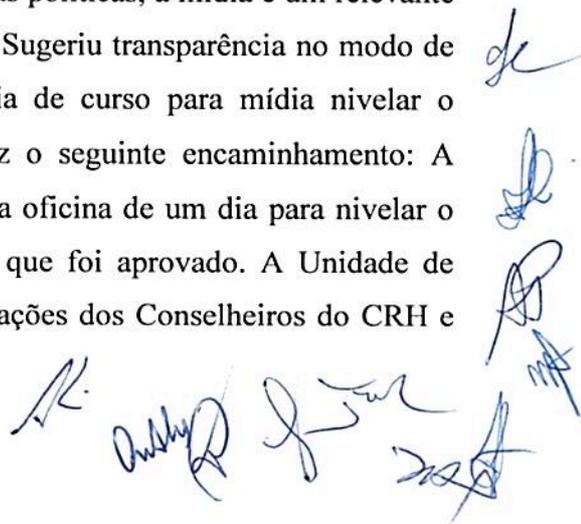
J

R

mf

João Antônio AL

272 que todas as APMs estão ainda vigentes, de acordo com o PDOT de 2009. Têm ocupações nas
273 áreas das APMs, mas a CAESB, sempre está defendendo as APMs de todas as formas de
274 ocupação. Existem, de fato, muitas ocupações, muitos condomínios e uma luta constante.
275 Lembrou que o processo precisa ser melhorado. O governo precisa se comunicar melhor com a
276 sociedade. A CAESB sabe que precisa avançar na melhoria dos consumos, das médias etc.
277 Estes questionamentos serão levados e estudaremos como melhorar a comunicação com a
278 sociedade, nas contas de água e também aqui neste Conselho para aprofundar as discussões.
279 Quanto ao questionamento do **JOÃO MARCOS (ABES/DF)**, a proporção no Corumbá é 50%.
280 O investimento é 50% da CAESB e 50% da SANEAGO. As vazões captadas serão divididas
281 igualmente, nós dividimos as obras: a CAESB está fazendo a ETA e metade da adutora e a
282 SANEAGO a captação e a outra metade da adutora. Metade da adutora de água bruta já está
283 pronta a parte física da captação falta os equipamentos. A obra está parada. O presidente da
284 CAESB MAURÍCIO LUDOVICE esteve na SANEAGO para conversar sobre a retomada da
285 obra e a SANEAGO está tentando se estruturar para retomar os trabalhos, mas ainda não tem
286 data marcada. Se demorar muito vai atrasar a agenda, mas eles estão mais adiantados nas obras
287 e temos um ano e meio para concluirmos o trabalho. A parte de equipamentos nos permite
288 avançar e cumprimos a agenda. Quanto a tarifa de água ela já é progressiva. O **presidente**
289 **ANDRÉ** pediu o apoio do Conselho para fazer uma recomendação ao Governador, para que
290 promova, por intermédio da comunicação, uma campanha de conscientização da situação da
291 crise hídrica no DF, ainda nesse momento de chuvas, para que a sociedade seja esclarecida de
292 que, mesmo no período de chuvas vivemos um momento de crise hídrica. O **presidente**
293 **ANDRÉ** sugeriu que fosse feito um ofício específico do presidente do conselho ao Governador
294 e a todos os órgãos de governo envolvidos na questão encaminhando as recomendações deste
295 Conselho. Foi deliberado que haja, por parte da ADASA, uma demanda à CAESB para
296 apresentação de um plano com metas, fontes, planos e prazos para o enfrentamento da situação
297 de crise atual nos reservatórios do Descoberto e Santa Maria. Lembrou que é consenso neste
298 Conselho que a CAESB precisa investir muito em controle de perdas. A conselheira **MÔNICA**
299 **VERÍSSIMO (FÓRUM de ONGs)** lembrou que em ciências políticas, a mídia é um relevante
300 agente. Ela produz mais efeito que qualquer outro veículo. Sugeriu transparência no modo de
301 mostrar para a sociedade a crise hídrica e propôs um dia de curso para mídia nivelar o
302 entendimento da crise hídrica. O **presidente ANDRÉ** fez o seguinte encaminhamento: A
303 CAESB, SEMA e ADASA vão providenciar para 2017 uma oficina de um dia para nivelar o
304 conhecimento da mídia sobre a questão hídrica no DF, o que foi aprovado. A Unidade de
305 Colegiados informou que foi publicado o Decreto de nomeações dos Conselheiros do CRH e



306 que este foi enviado aos conselheiros juntamente com o Termo de Posse. A seguir procedeu-se
307 a apresentação do IBRAM sobre proliferação de algas no Lago Paranoá. O conselheiro **LUIZ**
308 **RIOS (IBRAM)** informou que no dia 17 veiculou um aviso da ADASA, CAESB E IBRAM de
309 que havia uma floração de algas no Lago Paranoá, também conhecida como cianobactérias. Foi
310 feita uma investigação para apurar a mortandade de peixes no Lago Sul. Foram feitas coletas de
311 amostras. O DER e a NOVACAP colocaram placas de sinalização avisando à população de que
312 naquele ponto, a água estava imprópria para banho e pesca. Esclareceu que o ocorrido é um
313 fenômeno natural e pode aumentar ou diminuir, também pode se movimentar em função dos
314 ventos. A área afetada corresponde a 5% do Lago Paranoá. A **CAMILA (ADASA)** lembrou
315 que o lançamento de esgoto tratado da ETE Sul e da ETE Norte, apesar do tratamento efetuado
316 ser do tipo terciário e remover parte da carga de nutrientes, sabe-se que ainda passa uma dada
317 quantidade, então não remove 100%. Informou que outras entradas também contribuem muito,
318 a exemplo das mais de 20 galerias de drenagem pluvial, nas quais foram feitas análises em
319 todas elas em virtude das primeiras chuvas quando ocorre o carreamento de todas as impurezas
320 para dentro do Lago Paranoá que é o ponto final da bacia do Paranoá. O Lago atua como
321 termômetro e reage a tudo que acontece na bacia. Já temos os laudos preliminares dessas
322 análises que nos revelam relevante semelhança dos lançamentos das galerias com o lançamento
323 de efluente da ETE Sul. Outra ocorrência é o carreamento fertilizantes de jardinagem. Com o
324 acúmulo de sedimentos no fundo a profundidade da água fica menor e a troca entre o sedimento
325 e a água é facilitada. A suspensão de nutrientes provocada pelas chuvas revolve os nutrientes
326 do fundo para a superfície e também contribui. A remoção das Matas Ripárias, que
327 servem como filtros e hoje praticamente não existem é outro fator contribuinte, assim como o
328 lançamento de dejetos das embarcações. A proliferação da cianobactérias está vinculada a
329 diversos fatores naturais e antrópicos e estão intimamente relacionadas com a ocupação e o uso
330 do solo em toda bacia do Paranoá. Vale ressaltar que o Lago Paranoá está localizado no final da
331 bacia. É preciso pensar na ocupação e uso que está sendo feito em toda bacia, com efeitos em
332 longo prazo. Informou que a CAESB está recebendo uma empresa que vai testar a aplicação de
333 uma espécie de argila que combina com fósforo e que o sedimenta. Espera-se que este processo
334 de retirada do fósforo da coluna d'água cesse o fornecimento de nutrientes das cianobactérias e
335 elas morram. Isso é muito eficiente em outros lagos eutrofizados, a exemplo da Pampulha.
336 Outra frente de ação governamental é o combate à grilagem de terras, inclusive na região da
337 bacia, com a retirada de parcelamentos e ocupações irregulares sem saneamento básico. Essa é
338 a ação do governo com maior eficiência para diminuir esse problema do lançamento do fósforo
339 na área hídrica. Informou que também está sendo implantada a drenagem de Vicente Pires e de

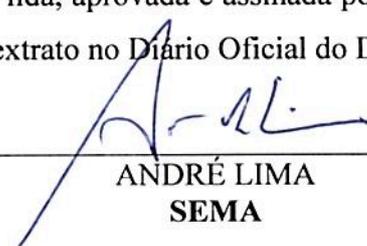
340 outras regiões como o Riacho Fundo e o Setor de Clubes. O ZEE é essencial e vai determinar
341 quais as áreas com capacidade de suporte hídrico para captação e tratamento de esgoto, além de
342 outros parâmetros para desenvolvimento de atividades econômicas e adensamento residencial.
343 A apresentadora lembrou que a implantação de aterro sanitário é outra ação essencial, porque o
344 lixão do Jóquei está nas duas pontas, na cabeceira, no Riacho Fundo e vai parar no Lago
345 Paranoá. Do outro lado tem o Bananal que também vai parar no Lago Paranoá. Então qualquer
346 vazamento que aconteça dá a volta pelos dois lados e alcança o Lago Paranoá. Ressaltou que
347 também é feita a manutenção das unidades de conservação pelo IBRAM, com o apoio do
348 Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá e a melhoria no processo de Licenciamento
349 Ambiental, além do Fórum Mundial das Águas, Plano Diretor de Saneamento Básico, educação
350 ambiental, fiscalização, em conjunto com vários órgãos do governo para melhorar a gestão
351 dentro da bacia etc. O conselheiro **SÉRGIO KOIDE (UNB)** ressaltou que, em relação à
352 questão da bactéria, a UnB já observa esse problema há algum tempo. No ano passado foi mais
353 forte no braço do Bananal onde se observaram as manchas que têm entrado pelos ventos. É um
354 problema que sistematicamente vem acontecendo e está piorando ano a ano. Chamou a atenção
355 para a proposta de retirada dos sedimentos que pode piorar a situação. A geração de sedimentos
356 inorgânicos proveniente das obras têm se misturado com sedimentos orgânicos e mexer nisso
357 vai suspender o sedimento orgânico e vai ter problema sério para o ar, isso é uma coisa que tem
358 que tomar muito cuidado. Finalizou chamando a atenção para a questão do *By-pass* da ETE,
359 que na verdade é fácil de monitorar. No canal de entrada da CAESB deveria ser instalado um
360 medidor *on line* exatamente como a CAESB tem para medir o nível do Lago e dos rios. A
361 medição do nível naquele canal é muito importante. Lembrou que quando se tem problema de
362 mortandade de peixe por falta de oxigênio o problema vai além disto. Se foi a CAESB quem
363 lançou ou se veio de outra bacia, isso não se sabe, mas a CAESB precisa medir naquele ponto.
364 Essa é uma medida que precisa ser tomada para controlar melhor. Lembrou a questão da ETE
365 Norte que foi relativamente bem resolvida pela CAESB utilizando os tanques de sedimentação.
366 Quando ocorre o *By-pass* o esgoto é jogado nesses tanques e depois que passa a chuva você
367 devolve a água. Porém, na ETE Sul esses tanques estão lá, só acumulando água, não está sendo
368 feito nada com eles, mas a custo relativamente pequeno pode-se fazer a mesma coisa do que foi
369 feito na ETE Norte. A CAESB já teve sucesso bastante razoável. Esta é uma questão que o
370 Conselho deve recomendar à CAESB. A conselheira **MÔNICA VERÍSSIMO (FÓRUM de**
371 **ONGs)** lembrou que tudo que foi falado nesta reunião sobre a pauta em comento serviu para
372 trazer a este Conselho esclarecimentos sobre os fatos, pois muito se fala que o culpado na
373 questão das algas no Lago é sempre a CAESB, contudo, estas informações esclarecem que as



374 causas são diversas e que certamente vai se repetir nos anos seguintes. Saliou que é
375 importante informar a sociedade das causas e consequências reais. A sociedade precisa ser
376 informada que a Bacia do Paranoá está em sua capacidade máxima de suporte. O conselheiro
377 **MONTENEGRO (ABES/DF)** lembrou que é preciso trazer à discussão a questão do esgoto
378 clandestino, porque existe uma presença de esgoto onde não deveria existir: nas galerias de
379 águas pluviais. Existe um foco de poluição transmitido para o Lago Paranoá pelas galerias de
380 águas pluviais que recebe esgoto clandestino. Esse esgoto pode chegar lá intencionalmente, se
381 alguém fez uma ligação de esgoto onde não devia. A CAESB presta serviços de água e esgoto e
382 a regulamentação proíbe ao usuário ligar esgoto na galeria de águas pluviais e dá à CAESB a
383 possibilidade de multar o usuário que assim o faça, com base no contrato de prestação de
384 serviço implícito entre o usuário e a CAESB. Hoje a CAESB e a NOVACAP discutem sobre a
385 propriedade das galerias e a responsabilidade do esgoto. O fato é que existem esgotos
386 clandestinos mas sem ninguém para reprimir, prevenir e corrigir. Enquanto isso, ficamos sem
387 saber quem é a autoridade que pode fazer o controle e a fiscalização. O Conselheiro sugeriu
388 que esse conselho pautasse essa questão e convidasse os dirigentes desses dois órgãos para
389 virem a este Conselho discutir isso. Lembrou que a CAESB tem um motivo a mais para cuidar
390 do Lago, pois vai captar água do Lago para tratar, logo, deve ter bastante interesse no assunto e
391 este Conselho também. Sugeriu que este tema seja integrado nas ações do governo. O
392 **presidente ANDRÉ** submeteu ao conselho a apreciação das recomendações pautadas nesta
393 reunião para que se faça uma conversa específica sobre isso numa próxima reunião, conforme
394 sugerido pelo Montenegro e, na próxima reunião, convidar a CAESB, NOVACAP E ADASA
395 para uma conversa sobre a questão levantada pelo Montenegro sobre o esgoto clandestino e
396 galeria de águas pluviais. O **presidente ANDRÉ** solicitou que quando a Nota Técnica sobre o
397 Lago Paranoá estiver conclusa seja encaminhada aos Conselheiros. A conselheira **RAQUEL**
398 **BROSTEL (CAESB)** esclareceu que, sobre a questão do *By-pass* só na Bacia do Paranoá
399 temos, aproximadamente, 200 mil ligações. Recentemente foi feito na Vila Planalto uma
400 vistoria com o teste de fumaça, para ver quem que está ligando esgoto na água pluvial. Este
401 processo é feito casa por casa, para ver se alguém ligou a água pluvial do telhado para a rede de
402 esgoto. Das 45 ligações que foram feitas recentes, todas tinham uma espécie de irregularidade.
403 A CAESB está se estruturando internamente para fazer uma fiscalização mais orientada porque
404 não é possível fiscalizar ao longo do ano 200 mil ligações. Então deve ser feita uma
405 fiscalização mais orientada, a partir dos dados de qualidade de água, de demandas da ouvidoria
406 ou de ocorrências de entupimento. E no caso da ETE Sul e da ETE Norte é uma circunstância.
407 A CAESB tem a ETE velha, que pode ser utilizada e está com um projeto para a ETE Sul e



408 ETE Norte, para ser executado no ano que vem. Também está contratando empresa para fazer
409 uma modelagem do Lago e uma avaliação para a melhoria das ETES. **O presidente ANDRÉ**
410 leu a Minuta da Recomendação que será encaminhada à ADASA: “O CRH/DF reunido em 7 de
411 dezembro de 2016, tendo apreciado a atual situação da crise de abastecimento de águas no DF
412 recomenda à ADASA demandar à CAESB um plano de enfrentamento emergencial da crise
413 hídrica para o Biênio 2017 e 2018, com detalhamento das ações, prazos, metas, os respectivos
414 custos e as fontes de financiamento”. **O presidente ANDRÉ** submeteu à votação e a
415 recomendação foi aprovada por unanimidade. Passou-se à leitura da Minuta da Moção ao juízo
416 da Terceira Vara da Fazenda Pública do DF. “Considerando as informações divulgadas pela
417 imprensa escrita do DF sobre a concessão de liminar em ação ajuizada pela Defensoria Pública
418 do DF, contra a ADASA e a CAESB, pela Terceira Vara da Fazenda Pública do DF, relativa à
419 cobrança de tarifa de contingência em razão da crise hídrica do DF; considerando a previsão
420 legal constante do Artigo 46 da Lei Federal 11.445 de 2007, que estabelece as Diretrizes
421 Nacionais para o Saneamento Básico, o Conselho de Recursos Hídricos do DF, reunido nesta
422 data, vem se manifestar junto ao juízo da Terceira Vara da Fazenda Pública do DF, sobre a
423 pertinência, oportunidade e necessidade de que seja mantida em vigor a cobrança da tarifa de
424 contingência de água nos termos da Resolução da ADASA número 17, de 07 de outubro de
425 2016. Brasília 7 de dezembro de 2016”. **O presidente ANDRÉ** salientou que o conselho deve
426 ressaltar na Moção a importância de que seja dada a máxima transparência na aplicação dos
427 recursos da sobretaxa, nos termos da legislação pertinente. O que foi aprovado pelo Plenário.
428 Não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pelas contribuições e
429 encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes e,
430 posteriormente, publicada seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.



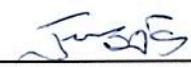
ANDRÉ LIMA
SEMA

RICARDO NOVAES R. DA SILVA
SINESP

MAC LEONARDO DA SILVA SOUTO
SEAGRI

JOSÉ VOLTAIRE PEIXOTO
SEAGRI

ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE
SEGETH



JANE MARIA VILAS BÔAS
IBRAM

LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS
IBRAM

ALBA EVANGELISTA RAMOS
ADASA



JORGE ENOCH F. WERNECK LIMA
EMBRAPA

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB



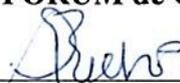
MANOEL A. MACHADO DE ARAÚJO
IBAMA

MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS
FÓRUM de ONGs



SÉRGIO KOIDE
UNB

LUIZ ERNESTO B. DE MOURÃO SÁ
FÓRUM de ONGs



GUTEMBERG U. DE ARAÚJO JÚNIOR
FECOMÉRCIO



TEREZINHA LIMA
UNICA



ANÁ PAULA D. M. DE CASTRO PESSOA.
FIBRA



CONCEIÇÃO DE MARIA A. ALVES
ABRH/DF



MARCOS HELANO F. MONTENEGRO
ABES/DF

JOÃO MARCOS PAES DE ALMEIDA
ABES/DF

DALMA MARIA CAIXETA
ABES/DF

DELSON DA COSTA MATOS
CBH/MA



WILIAN MARCELINO COELHO
CBH/MA